

ENCONTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PT DE SÃO PAULO

(SECRETARIA DE MOVIMENTOS POPULARES)

DATA: 03.12.88 das 08:00 às 17:00 horas.

LOCAL: EEPSC CARLOS MAXIMILIANO

RELATÓRIO

O Encontro contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas, entre filiados e simpatizantes do Partido.

A abertura contou com a participação do novo Secretário da Educação do Município de São Paulo, Profº Paulo Freire e com representantes do Diretório Municipal e Secretaria Municipal da Secretaria de Movimentos Populares (Mônica Lúcia Rique); Coordenador do Encontro Nacional de Educação do PT (Moacir Gadotti); Coordenador do Encontro Estadual de Educação do PT (Robinson James); Coordenadora do Encontro de Educação do PT (Lisete G. Arelaro) e os companheiros Nelson Frateschi e Profº José Kleber de Freitas (Diretor do EEPSC Carlos Maximiliano).

Na oportunidade, o Profº Paulo Freire abriu o encontro colocando as razões pelas quais aceitou assumir o cargo de Secretário Municipal de Educação.

Afirmou que seria incoerente não aceitar uma, vez que já havia contribuído em outros países na implantação de uma educação como instrumento de libertação do homem, fazendo desse, um sujeito de sua própria história. Reconheceu que o PT podia constituir-se uma possibilidade real de viabilizar esse sonho na Capital de São Paulo.

Fez uma longa explanação sobre os duros momentos ~~já enfrentados~~ na sua trajetória de vida, como o exílio de 17 anos, os ataques sofridos à sua proposta pedagógica, a prisão, etc; e por isso não poderia se furtar de mais este desafio, dividindo com os demais companheiros petista as críticas previsíveis que serão feitas contra a administração do PT.

Paulo Freire mostrou como seria o clima da administração petista: uma atmosfera de transparência na informação de uma busca permanente na participação coletiva nas decisões, valorizando sobremaneira a sala de aula como o locus da realização da educação.

A busca seria da formação do pensamento científico nas escolas associada a uma postura de alegria e camaradagem.

Após a abertura a plenária dividiu-se em grupos de trabalho que trataram dos seguintes temas:

- 1º - Creche e Educação Infantil
- 2º - 1º Grau
- 3º - 2º Grau
- 4º - Ensino Supletivo e Educação de Adultos
- 5º - Conselhos Populares e Gestão Democrática
- 6º - Ensino Superior

No período da tarde houve a plenária de encerramento, onde os relatórios transmitiram os resultados dos trabalhos em grupo.

Apresentamos a seguir os relatórios dos diversos grupos de trabalho que poderão servir de subsídios iniciais para as discussões dos Encontros Zonais de Educação que o PT estará organizando a partir dessa data.

Foi mantida a data de 03, 04 e 05 de março de 1989; no Instituto Cajamar para a realização do Encontro Nacional de Educação do PT com delegados eleitos nos Encontros Estaduais.

Nesse Encontro Municipal, preparatório aos Encontros Zonais da Capital de São Paulo foi estabelecida a data de 10 de fevereiro para que os Encontros Zonais apresentem as teses

aprovadas, os delegados eleitos e respectivas lista de presentes, a ata padrão conforme modelos encaminhados pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Os delegados eleitos nas zonais da Capital reunir-se-ão dia 12 de fevereiro para compatibilizar as diferentes teses zonais e chegar, na medida do possível, a uma proposta da Capital de São Paulo.

O Encontro Estadual de Educação do PT com todos os delegados eleitos no Município de São Paulo e diretórios zonais da Capital reunir-se-ão dias 18 e 19 de fevereiro em São Paulo.

Os delegados do Estado de São Paulo eleitos para o Encontro Nacional deverão apresentar seus nomes, teses, atas e listas de presença dia 20 de fevereiro à Comissão Organizadora Nacional do Encontro na sede do PT.

De acordo com o Regimento aprovado pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares, não serão aceitos, como delegados, aquelles que não apresentarem teses até a data acima mencionada.

RELATÓRIO DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO I

Pré-Escola/Creches

I - Diagnóstico da Situação e Entraves Estruturais:

1 - Caráter assistencialista da pré-escola, acarretando a inexistência de diretrizes educacionais para subsidiar este tipo de trabalho.

2 - Separação entre creche e educação infantil, com estruturas próprias de organização e funcionamento, com propostas de atendimento completamente distintas.

3 - Relação dos convênios estabelecidos entre o setor público e as atividades filantrópicas. Deficiente supervisão por parte do setor público com relação à aplicação das verbas destinadas e com a qualidade do serviço prestado.

4 - Burocracia administrativa que imperra a agilidade de funcionamento das unidades em geral.

Falta de um currículo pré-escolar que oriente de um geral o trabalho pedagógico.

5 - Falta de um espaço organizado de decisão conjunta entre direção, funcionários e comunidade, acarretando um poder exagerado nas mãos do administrador.

II - Propostas de Políticas Alternativas:

1 - O Estado assumir a educação de 0 a 6 anos com Proposta Pedagógica específica - regulamentação da pré-escola (L.D.B.) priorizando a educação infantil contra atitudes assistencialistas e populistas e ao mesmo tempo considerando a assistência integral ao educando como um direito.

2 - Unificar o caráter de atendimento da criação pré-escola, encarando-a na faixa etária desde 0 até 6 anos.

3 - Supervisão por parte do poder público e da comunidade envolvida mais eficiente e organizada.

4 - Fórum de debates com profissionais relacionados à educação infantil e comunidade envolvida que consiga organizar propostas existentes e relacionadas às regiões especificamente.

5 - Criação de Conselho de Escola (também creches) que trabalhe com o administrador tomando as decisões necessárias para o gerenciamento das unidades.

GRUPO 2

0 Ensino de 1º Grau

Diagnóstico

O grupo de trabalho sugere para discussão os seguintes pontos:

- a) O conhecimento por parte dos educadores da estrutura administrativa da rede municipal de ensino.
- b) Análise da estrutura orgânica das delegacias de ensino de tal forma que possam ser substituídas por outros órgãos ou reestruturadas.
- c) Trabalho no sentido da formação dos educadores nos âmbitos: político e técnico.
- d) Transformação da relação professor/aluno buscando acabar com o autoritarismo que marca o trabalho na sala de aula.
- e) A extenuante jornada a que estão submetidos os docentes o que não oferece condições para reciclagem nem para a realização de um trabalho mais planejado e consequente.

1º Grau

Propostas:

O grupo de trabalho sugere que se discuta os seguintes pontos, sempre foram consensuais:

- 1 - Necessidade de se construir uma relação orgânica entre escola e Conselhos Populares.
 - Substituição das DREs pelos Conselhos Populares?
 - Integração dos Conselhos Populares nas escolas através das Regionais ou Associações de Moradores.

2 - Repensar a duração (8 anos) do ensino obrigatório, uma vez que a grande maioria das crianças provenientes das camadas mais desfavorecidas permanecem nas escolas não mais que 6 anos.

- Repensar a possibilidade de dar tratamentos diferenciados para crianças com problemas de aprendizagem, dedicando mais tempo para a alfabetização, por exemplo.
- Essas teses foram muito debatidas pelos grupos; como preconceitos ultrapassados (deficiência cultural e elementar), não reconhecem o papel da escola e dos professores na produção desse processo; não reconhecem a inadequação de certos métodos à clientela envolvida, e ainda, trata-se de uma concepção limitada sobre o que é alfabetização (domínio da leitura e da escrita).

3 - Necessidade de atendimento educacional público na área de educação especial.

4 - Aproveitamentos, pela escola, das experiências pedagógicas dos movimentos sociais.

5 - Construir uma escola pública de boa qualidade, para a classe trabalhadora.

GRUPO III

2º Grau

Diagnóstico:

1 - Necessidade de definir objetivos e o papel da escola de 2º grau.

2 - Rejeição da lei 5692/71 consensual no grupo.

Observações foram feitas no sentido de questionar a forma como a lei foi aplicada, o que teria inviabilizado o projeto, ou como o sucesso do projeto foi um fato do ponto de vista e objetivos do governo: esvaziamento do papel da escola pública.

3 - Desenvolveu-se a discussão sobre a natureza do ensino de 2º grau: deve ser propedêntico ou profissionalizante?

As observações em relação ao ensino profissionalizante foram as seguintes:

a) Há uma necessidade real por parte da população deste tipo de ensino. Tal necessidade no entanto é suprida pela escola privada;

b) alunos agressivos de escolas; como SENAI, Técnicas Federais, etc. quase nunca, após formados, são absorvidos pelo mercado de trabalho. A maioria destes alunos procura seguir os estudos e realizar o curso superior;

c) hoje a maioria das empresas promovem cursos que dão conta da formação qualificada de seus funcionários.

Em relação ao ensino propedêntico foi observado que hoje os conteúdos estabelecidos nos currículos não estão vinculados às reais necessidades dos alunos o que não contribui para a formação do cidadão.

Propostas:

1 - A possibilidade de um ensino politécnico, centrado na formação ampla do indivíduo, envolvendo o domínio de técnicas de produção, como também do processo geral das relações de produção e mercado.

2 - A escola deve ter a função primordial de emancipação da classe trabalhadora, bem como da revisão do quadro político-social-econômico vigente, levando os indivíduos a perceberem melhor as contradições entre capital e trabalho.

3 - A política educacional deve, em princípio, garantir as condições e oportunidades de escolarização, de boa qualidade para todos, em todos os níveis.

4 - Foi consenso de que a escola que o PT deve defender, será o resultado das discussões entre a comunidade acadêmica e os movimentos sociais, sindicatos, etc. Para isso, será necessário a criação de canais eficientes para que o debate seja produtivo, considerando as óticas particulares de cada segmento, resguardando o caráter dialético dessas relações.

5 - O PT deverá defender para a nova LDB, que o ensino não seja apenas profissionalizante no sentido da Lei 5692/71, bem como, deverá definir claramente o que serão as escolas filantrópicas, comunitárias, particulares, públicas, etc., para clarear a questão de distribuição de verbas para a educação.

GRUPO IV

Alfabetização de jovens e adultos: Ensino Supletivos.

Diagnóstico:

O grupo parte da idéia de que a educação da classe trabalhadora intensa àqueles comprometidos com a classe trabalhadora.

Sobre a alfabetização considera que as várias campanhas realizadas desde a década de 40, não foram bem sucedidas mas que nem o contexto de mudanças no Brasil favorece as campanhas deste tipo e reafirma as possibilidades de se tornarem instrumentos de politização.

Estaríamos talvez num momento aglutinador que permite o fortalecimento dos processos de educação de jovens e adultos.

Aponta como principais problemas a serem repensados e enfrentados:

a) O fato de a maioria dos professores de ensino supletivo exercerem esta atividade secundariamente o que não permite o desenvolvimento da pesquisa, nem maior cuidado e elaboração na relação educador/educando;

b) a incapacidade da Rede Municipal de atender a demanda no que diz respeito a educação de adultos.

As escolas não possuem infra-estrutura mínima, faltam recursos humanos e material específico para este trabalho;

c) a ligação da educação de adultos à Secretaria de Bem-Estar Social;

d) o estabelecimento de convênios entre empresas particulares e a fundação Educucar para o ensino de adultos, a origem da verba para efetivação dos mesmos;

e) a possibilidade de trabalho do partido e sindicatos participarem do processo de educação de adultos;

f) a solicitação da Fundação Roberto Marinho, junto ao Governo Federal, de 25% do orçamento destinado à educação para execução de um projeto nacional de alfabetização;

g) o autoritarismo que permeia a legislação municipal no que se refere a educação de jovens e adultos e impede desta forma a realização de projetos com estes objetivos;

h) a responsabilidade do Estado sobre a educação de adultos, a possibilidade de ser realizada pelos movimentos populares e sindicatos e a destinação de verbas por parte dos órgãos públicos aos sindicatos e movimentos para efetivação de possíveis projetos nessa área;

i) a possibilidade de um esvaziamento do movimento popular em função das necessidades de recrutamento dos melhores quadros e lideranças para o trabalho junto à administração da Prefeitura.

Educação de Adultos e Ensino Supletivo

Propostas:

O grupo colocou a necessidade de se discutir no partido o que priorizar na educação. Por exemplo, a educação infantil ou a de jovens e adultos, ou outras propostas.

1 - A educação de adultos e o ensino supletivo deverão ser encaradas como ações sistemáticas permanentes e não como campanhas de caráter transitório ou emergencial.

2 - Acabar com a rede paralela de ensino supletivo, existente hoje no Município de São Paulo, tornando-a regular.

3 - Formar uma comissão para levantar iniciativas educacionais de diferentes grupos, como sindicatos, movimentos populares, grupos voluntários, experiências localizadas na rede, CEDI, etc., na área de educação de adultos, visando aproveitá-las na Rede Oficial de Ensino.

4 - Considerando que o curso noturno é o local, cuja clientela são alunos, trabalhadores, é necessário explicitar melhor o que vem a ser boa qualidade e democratização desses cursos.

5 - O PT deve revestir na formação do educador (valorizando o educador como pesquisador).

6 - As escolas públicas deverão abrir suas portas à comunidade; fins de semana, transformando-se em Centros de Cultura Popular.

7 - É necessária a criação de Conselhos específicos nas escolas de educação de adultos com representantes de sindicatos, e outras representações da comunidade.

8 - Os cursos de magistério deverão ser estendidos ao período noturno, sem perda de qualidade e seus alunos deverão estagiar em cursos de educação de adultos e/ou supletivos.

9 - Fazer um levantamento das condições da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, para atender a demanda existente nessas áreas.

10 - A educação de adultos deverá ser uma das prioridades do novo governo petista de São Paulo.

GRUPO V

Grupo Conselhos Populares

Propostas:

1 - Fórum - Encontro professores/funcionários/preparatório.

A ser realizado no meio do 1º semestre:

Objetivo: Diagnóstico: situação do ensino no Município

Perspectivas: qual a escola que queremos?

Participação: pais, alunos, professores e funcionários e entidades ou representantes do Movimento Popular.

2 - Conselhos Populares

- Autonomia dos Movimentos e dos Conselhos Populares frente administração e o partido.

- Conselhos devem se dirigir às administrações Regionais: ponto terminal.

- Conselhos devem evoluir para organismos deliberativos, que futuramente devem dar origem a sub-prefeituras.

Conselhos devem quebrar estrutura viciada e conservadora das administrações municipais.

3 - Eleição Direta: diretores e delegados de ensino.

- Progressivo trabalho nessa linha a partir do processo de reestruturação do ensino no Município.

4 - Redefinição do Regimento: Deve ser defendida a proposta de Guiomar associada às mudanças discutidas junto a comunidade.

5 - Instituições do Conselho de Escola imediatamente, deve ser democrático, paritário (participação da comunidade).

6 - Trabalho com a formação de professores já que grande parte do corpo docente é ainda bastante conservador.

7 - Relação Conselho de Escola/Conselho Popular.

- Conselhos de Escola não tem assento nos CPs. São órgãos institucionais que podem e devem buscar relacionamento com os CPs.

8 - Reestruturação da Administração Municipal de Ensino.

9 - Constituição de Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Proposta da APEOESP e APEEEM).

10 - Necessidade de definir filosofia educacional a partir dos Encontros Zonais.

11 - Constituição de Organismos Regionais que impulsionem formação dos Conselhos de Escola.

Tais organismos regionais devem encontrar-se em âmbito municipal. Esta proposta visa garantir a instalação dos Conselhos de Escola.

12 - Integração das Delegacias Municipais às Administrações Regionais: trabalho conjunto à nível de saúde e educação.

13 - Integração entre as Secretarias da Cultura, Educação e Saúde.

14 - Estabelecimento de um Plano de Emergência para a Educação a partir do levantamento das demandas, feito pelo Grupo de Trabalho.

15 - Feitura do Balanço da Secretaria da Educação a ser apresentado imediatamente à população.

16 - Gestão democrática da Escola implica mudança da relação autoritária: aluno/professor.

17 - Incentivo à criação dos grêmios de estudantes, de forma a assegurar a ação efetiva dos alunos no processo de definição dos trabalhos no interior da escola.

GRUPO VI

Ensino Superior

O grupo reunido considerou necessário, para tornar a discussão sobre Universidade mais viva e mais rica, uma participação expressiva dos companheiros petistas universitários. Particularmente daqueles que, ao longo dos últimos anos, vêm tendo papel decisivo no processo de formulação de uma política educacional no interior da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior).

Considerou ainda de grande importância a contribuição dos companheiros petistas que, FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras) vêm contribuindo para a discussão da reestruturação da Universidade.

Por esta razão os companheiros professores universitários presentes no Encontro Municipal se abstiveram da realização de uma discussão que levasse a formulação de quaisquer propostas de imediato, empenhar-se-ão desta maneira, no sentido de trazer estes companheiros para o processo de preparação dos Encontros Estaduais e Nacional.

OBSERVAÇÃO: Foram distribuídos durante o Encontro, três textos que anexamos:

1 - Educação para a Classe Trabalhadora pela classe trabalhadora, (03 páginas) que foi discutido e aprovado pelo grupo de Educação de Adultos.

2 - A questão da Educação: Reflexões (03 páginas), teses que não foram discutidas pelo caráter preparatório do Encontro.

3 - Plano de Educação da Esquerda Unida (Peru) - (07 páginas) distribuído pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).